



UC/FPCE — 2016

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos e Atitudes Perante os Papéis de Género numa amostra de Estudantes do Ensino Superior**

Raquel Santos Branco Machado (raquelsm96@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde  
área de subespecialização em Sistémica, Saúde e Família, sob a  
orientação da Professora Doutora Maria Madalena de Carvalho

## **Representações Sociais da Violência Entre Parceiros Íntimos e Atitudes Perante os Papéis de Género numa Amostra de Estudantes do Ensino Superior**

Resumo: O presente estudo tem como principais objetivos investigar as representações sociais de estudantes do ensino superior acerca do fenómeno que é a Violência entre Parceiros Íntimos e as suas atitudes perante os papéis de género. É ainda explorada a relação entre estas variáveis.

A amostra é constituída por 129 sujeitos, estudantes do ensino superior. Para este fim, recorreu-se a um Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares, o QRVC-HIST: Questionário de Violência Conjugal – Histórias (Alarcão, Alberto, Correia & Camelo, 2007), o QVC-CMR: Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (Alarcão, Alberto, Correia & Camelo, 2007) e a EARPG: Escala de Atitudes Perante os Papéis de Género (Leaper & Vallin, 1996).

Os resultados mostram uma maior legitimação da violência por parte do sexo masculino, e uma maior adesão dos homens à divisão tradicional de género. Contudo verifica-se que os sujeitos que obtiveram uma visão mais igualitária dos papéis de género, legitimaram mais a violência em todas as histórias do QRVC-HIST.

Este estudo confirma a necessidade de continuar o estudo das representações sociais da VPI e das atitudes perante os papéis de género.

Palavras-chave: violência entre parceiros íntimos, representações sociais, papéis de género, estudantes de ensino superior, atitudes perante papéis de género

## **Social Representations of Intimate Partner Violence and Attitudes Towards Gender Roles in a sample of Higher Education Students**

Abstract: The present study has as its main objective to investigate social representations of higher education students about the phenomenon that is Intimate Partner Violence and their attitudes towards gender roles. The association between these variables is also studied.

The sample is composed of 129 subjects, who are higher education students. To achieve this, it was used a Sociodemographic Questionnaire Supplemental Data, the QRVS-HIST: Conjugal Violence Questionnaire - Stories (Alarcão, Alberto, Correia & Camelo 2007), the QVC - CMR: Conjugal Violence Questionnaire - Causes, Maintenance and Resolutions (Alarcão, Alberto, Correia & Camelo 2007) and the EARPG: Attitudes Toward Gender Roles Scale (Leaper & Vallin, 1996).

The results show a higher legitimation of violence from male subjects, and a higher adhesion of men of a traditional division of gender. However, the subjects that obtained a more equalitarian vision of gender roles legitimized violence more in all of the stories of the QRVC-HIST.

This study confirms the necessity of continuing the study of social representations of IPV and attitudes towards gender roles.

Key Words: intimate partner violence, social representations, gender roles, higher education students, attitudes towards gender roles

## **Agradecimentos**

À minha orientadora, a Professora Doutora Madalena de Carvalho, por toda a compreensão, disponibilidade, dedicação, profissionalismo e carinho.

À minha família, em especial aos meus pais pelo seu apoio incondicional, encorajamento e conforto. Sem eles não teria conseguido realizar este estudo.

Aos meus amigos, especialmente ao Miguel, ao André, à Ana e à Inês, por todo o apoio, palavras de encorajamento e momentos de diversão quando os desafios e as complicações se intrometiam no caminho.

A todos os membros da minha família que mesmo sem saber me auxiliaram na realização deste trabalho, por toda a perseverança e força que me transmitiram desde sempre.

A todos os que participaram neste estudo e sem os quais esta investigação não teria sido possível.

## Índice

Introdução .....	1
I – Enquadramento conceptual.....	2
1.1. O conceito de Violência .....	2
1.2. Violência Entre Parceiros Íntimos.....	4
1.3. Representações Sociais da Violência Entre Parceiros Íntimos4	
1.4. Representações Sociais.....	7
1.5. Papéis de Género .....	10
1.6. Atitudes Perante os Papéis de Género .....	11
II - Objectivos .....	14
III - Metodologia.....	15
3.1. Descrição da amostra .....	15
3.2.1. Questionário Sociodemográfico e Dados Complementares.....	17
3.2.2. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR).....	17
3.2.3. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) 18	
3.2.4. Escala de Atitudes Relativas aos Papéis de Género (EARPG) 19	
3.3. Procedimentos de Investigação .....	21
3.4. Procedimentos Estatísticos.....	22
IV – Resultados.....	23
4.1. Representações sociais de estudantes universitários em torno da VPI (QRVC-HIS e QVC-CMR) .....	23
4.2. Impacto das variáveis sociodemográficas nas representações sociais da VPI.....	24
4.2.1. Influência do Sexo.....	24
4.2.2. Influência do estado civil dos pais .....	25
4.2.3. Influência do rendimento do agregado familiar .....	26
4.2.4. Influência das habilitações académicas dos pais .....	26
4.3. Influência da variável Formação em VPI nas representações sociais.....	27
4.4. Associação entre as atitudes perante os papéis de género (EARPG) e as representações sociais da VPI (QRVC-HIS e QVC- CMR) .....	27
V - Discussão .....	28
5.1. Representações sociais de estudantes universitários em torno da VPI (QRVC-HIS e QVC-CMR) .....	29
5.2. Impacto das variáveis sociodemográficas nas representações sociais da VPI.....	32
5.2.1. Influência do Sexo.....	32
5.2.2. Influência do estado civil dos pais .....	33
5.2.3. Influência do rendimento do agregado familiar .....	33
5.2.4. Influência das habilitações académicas dos pais .....	34
5.3. Influência da variável Formação em VPI nas representações sociais.....	35
5.4. Associação entre as atitudes perante os papéis de género (EARPG) e as representações sociais da VPI (QRVC-HIS e QVC-	

CMR) .....	35
VI – Conclusões .....	37
Bibliografia .....	41
Anexos .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>

## **Introdução**

A violência entre parceiros íntimos (VPI) é um fenómeno que tem ganho cada vez maior reconhecimento, nomeadamente devido aos meios de comunicação e a estudos de investigação que procuram promover uma maior consciencialização acerca desta problemática, suas repercussões e meios de prevenção.

Inicialmente a investigação acerca da violência nas relações de intimidade começou por tomar como objeto de estudo o casamento/união de facto, contudo, diversos fatores, como a dificuldade em definir o conceito de violência, entre outros, constituíram-se como obstruções de visibilidade desta problemática e de limitação de mais investigação. A extensão e gravidade da violência nas relações de intimidade mantiveram-se muito desconhecidas até à década de 80 do século passado, tendo sido através de Makepeace, e o estudo que desenvolveu em 1981 acerca da violência na intimidade juvenil, que ocorreu um aumento de estudos acerca desta temática, tendo este autor obtido resultados que revelaram que um em cada cinco estudantes universitários sofria de violência na relação íntima (Caridade & Machado, 2013). A evidência que surge de centenas de outros estudos revela também que membros de ambos os sexos são violentos nas relações entre parceiros íntimos (Kelly & Johnson, 2008).

É ainda essencial abandonar a visão linear existente acerca da mulher somente como a vítima e homem como agressor e virar o foco para o reconhecimento de mitos e crenças acerca da violência conjugal, que sustentam não só a compreensão do público em geral, mas também a de profissionais que atuam neste contexto (Aldrighi, 2004).

Possíveis fatores de explicação para a perpetuação de mitos relativos à VPI em algumas sociedades ou até mesmo da atuação por parte dos indivíduos, reside nas crenças e atitudes perante o género e

os papéis de género. Em algumas sociedades, por exemplo, de acordo com a World Health Organization (2002), a existência de papéis de género rígidos, entre outros fatores, são contribuidores para o abuso de mulheres por parte dos seus parceiros, por concederem apoio ao direito do homem relativamente a infligir essa violência.

A mudança para uma sociedade que aceita a igualdade dos géneros envolve um grande metamorfismo, não só a nível institucional, mas também no quotidiano e conduta pessoal das pessoas, que requer apoio social (Connell, 2005).

Com este estudo procuramos averiguar de que forma as crenças e atitudes perante os papéis de género, de uma amostra de estudantes do ensino superior, se relacionam com as suas representações sociais da VPI. Com este trabalho esperamos contribuir para a clarificação desta problemática e sua possível prevenção.

## **I – Enquadramento conceptual**

### **1.1.O conceito de Violência**

A violência é uma problemática associada à condição humana desde sempre, sendo o seu impacto observável em todo o mundo. Todos os anos mais de um milhão de pessoas perdem a vida e muitas outras sofrem de ferimentos não fatais como resultado de violência, quer seja auto-infligida, interpessoal ou coletiva, revelando-se como uma das principais causas de morte para pessoas com idades compreendidas entre os quinze e os quarenta e quatro anos. O seu impacto pode ser observado, assumindo várias formas, em todas as partes do mundo (Heise & Garcia, 2002).

Contudo, o custo humano de sofrimento e dor originados por violência não podem ser calculados, em grande parte pelo facto de esta ser muitas vezes invisível. Com a maior visibilidade atribuída a certos tipos de violência, como o terrorismo, guerras, motins e



agitação civil, no dia-a-dia, não se deve olvidar que muita ocorre nos domicílios, locais de trabalho e até mesmo em instituições médicas e sociais designadas para cuidar de pessoas. Muitas vítimas são demasiado jovens, fracas ou doentes para se protegerem, e muitas delas são silenciadas por convenções ou pressões sociais relativamente às suas experiências. Porém, é o grande impacto da violência que leva a que muitas das suas causas sejam facilmente observáveis. Muitas delas estão profundamente enraizadas na cultura social e tecido económico da vida humana, destacando-se os fatores biológicos e individuais, por serem possivelmente grandes influências para o ato de agressão. Pesquisas recentes têm demonstrado que a interação destes com outros de natureza familiar, comunitária e cultural, entre outros, criam condições em que a violência tem maior probabilidade de ocorrer (Heise & Garcia, 2002).

A OMS (1996) define a violência como “o uso de força física ou poder, como ameaça ou realizado, contra o próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, prejuízo de desenvolvimento ou privação” (p.5). Esta definição associa intenção com a realização do ato, independentemente do desfecho dessa ação, excluindo incidentes sem uma intenção subjacente. A junção de “poder” com o “uso de força física” pretendem abranger atos resultantes de uma relação de poder, nomeadamente intimidação e ameaças, assim como negligência, atos de omissão, abuso físico, sexual, psicológico, suicídio e atos auto-infligidos (Heise & Garcia, 2002).

Por sua vez, abuso físico define-se como qualquer ato físico que seja agressivo ou violento contra outro, desde um empurrão até ao homicídio. A violência psicológica ou emocional define-se como o comportamento que visa intimidar, controlar ou coagir. Frequentemente, este tipo de violência é utilizado simultaneamente com comportamentos persecutórios (McCloskey, 2007).

## **1.2. Violência Entre Parceiros Íntimos**

A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) é cada vez mais vista como um marcante problema de saúde (WHO, 2002) e social significativo que carece de um melhor entendimento relativo à intervenção (Stith, McCollum, Amanor-Boady, & Smith, 2012). A forma como a VPI é concetualizada e definida pode levar a uma divergência considerável no que concerne à pesquisa, interpretação de resultados, e até mesmo políticas e intervenções relativas a este fenómeno (Gilfus, Trabold, O'Brien, & Fleck-Henderson, 2010).

Esta caracteriza-se por um padrão de abuso físico, emocional, psicológico e sexual, contudo inclui também comportamentos controladores como a perseguição e a isolamento forçada, entre parceiros íntimos atuais ou passados. Estes comportamentos agressivos podem ter consequências físicas e mentais, com mulheres em maior risco de vitimização (McCloskey, 2007; WHO, 2002).

Para algumas vítimas de VPI, o abuso é percecionado como algo normal inerente a uma relação, e não comportamento criminoso, enquanto que para muitos perpetradores este é concebido como a forma mais correta e efetiva de obter a satisfação das suas necessidades no seio da “relação romântica íntima” (McCloskey, 2007).

Segundo Aldrighi (2004) a violência conjugal é um problema social em que igualmente agressores e vítimas, muitas vezes, minimizam os atos e os justificam, chegando mesmo a nega-los, inclusivamente aquando a sua denúncia. Este autor reafirma a necessidade de se estudar o contexto, história, padrões de comunicação e até mesmo padrões de significação, nomeadamente mitos e crenças, que a violência apresenta para o casal.

## **1.3. Representações Sociais da Violência Entre Parceiros Íntimos**

Devido à investigação realizada acerca da VPI, atualmente existe um melhor entendimento acerca deste problema, existindo uma

perspetiva predominantemente feminista que concetualiza este tipo de violência como uma manifestação do poder do homem sobre a mulher em relações íntimas heterossexuais, sustentada por uma cultura patriarcal. Deste modo, a violência encontrava-se intimamente ligada ao sexo masculino, enquanto as mulheres eram perspetivadas somente como vítimas que apenas realizavam comportamentos agressores por motivos de auto-defesa. Esta perspetiva demonstra uma dicotomia que demarca claramente o papel para ambos os géneros, recaindo a culpa sobre os homens e os custos da violência sobre as mulheres, tornando-se o foco das intervenções o de eliminar a violência especificamente para o sexo feminino (Stith et al., 2012).

A VPI é frequentemente semelhante entre os parceiros, no que concerne à sua topografia, contudo, segundo Hamberger (2005) há mais mulheres que homens a sofrer lesões, a ter ferimentos mais severos que os homens e a procurar auxílio médico mais frequentemente do que os homens devido a estes ferimentos. Este autor afirma ainda que as mulheres são vitimizadas de forma desproporcional comparativamente aos homens, dado obtido em estudos com amostras clínicas. Cerca de 80% de homens e mulheres envolvidos em relações violentas reportam ter usado violência contra os seus parceiros e, apesar de se verificarem taxas mais elevadas de homens no que diz respeito à perpetração exclusiva da violência, a violência exclusiva por um ou outro parceiro é bastante incomum.

Aldrighi (2004) aponta duas perspetivas referentes à compreensão dos padrões de violência vividos por casais em que a mulher é vista como vítima ou a violência é realizada por ambas as partes. Esta dicotomia suporta a controvérsia de só recentemente se perspetivar os homens como vítimas de agressão. A perspetiva da mulher como agressora ou violenta comporta uma maior dificuldade de aceitação por parte de grande parte da população devido ao “estereótipo de passividade e desproteção feminina” (p.107). Esta visão pode levar a que muitos homens vítimas de violência a

mantenham em segredo, sendo esta atitude suportada pelo contexto histórico e cultural que o concebe como aquele que “tem a força, o poder e o domínio” (p. 108) sobre a sua parceira, quase invalidando a possibilidade de ocorrência de violência perpetrada por parte desta.

Esta perspectiva foi suportada primariamente por estudos do contexto da justiça criminal e populações de abrigos para vítimas de violência doméstica, ressaltando destes uma assimetria de gênero considerável, uma vez que muitos mais homens eram presos comparativamente às mulheres e muitas mais mulheres procuravam auxílio em abrigos. Contudo esta perspectiva sofreu mudanças que se devem, em grande parte, a investigações realizadas com amostras comunitárias que, apesar de revelarem igualmente assimetria de gênero, revelaram também que a perpetração de VPI e vitimização podem ser mais simétricas do que se pensava, com ambos os sexos a reportar perpetração de violência (Stith et al. 2012).

Um grande leque de comportamentos violentos e abusivos têm lugar no contexto de relações de namoro adolescente e rapazes e raparigas podem ser perpetradores e vítimas. Contudo, apesar de ainda ser necessário efetuar muita investigação acerca da violência no namoro entre adolescentes, a investigação revela que algumas variáveis associadas ao aumento do risco da violência no namoro passam pelo mau trato prévio e, para sujeitos do sexo masculino, em particular, verifica-se que a justificação e o testemunho de violência parental podem levar ao incremento do recurso à violência. Muitos programas de prevenção para a violência no namoro têm impacto nas atitudes e crenças relacionadas com a violência entre parceiros íntimos, porém é ainda desconhecida a sua longevidade e influência nos comportamentos dos sujeitos, particularmente desde a adolescência até à idade adulta (Hickman, Jaycox, & Aronoff, 2004).

Existe atualmente o pressuposto que a violência é transmitida através de gerações, em que a aprendizagem das crianças acerca da violência provém dos pais. Mas, para alguns autores, é necessário que

seja realizada uma análise comportamental genética concernente às semelhanças familiares quanto à VPI, pois não se deve assumir as influências ambientes como a única variável causadora da VPI, tal como implicado pela teoria da aprendizagem social (Foshee, Bauman, & Linder, 1999; Hines & Saudino, 2002).

Os dados resultantes de diversas investigações são alarmantes, revelando que a violência nas relações de intimidade ocorre, com frequência, logo desde a jovem adultez e por vezes até mesmo na adolescência. O estudo de Jain, Buka, Subramanian e Molnar (2010) vai de encontro a muitos desses estudos que reportam que, de facto, a violência no namoro durante a jovem adultez é universal. A taxa de vitimização entre jovens com idades entre os 18 e os 24 anos (26%) foi semelhante a outros estudos que mostraram taxas de anos passados de abuso físico entre jovens entre os 25% a 30%, como o de Makepeace (1981) e o de Straus (2004).

A maioria dos estudos que se focam na faixa etária mencionada recorreram a uma amostra predominantemente composta por estudantes universitários caucasianos, em que os dados resultantes da investigação sugerem que uma em cada três relações em contexto universitário é violenta (Makepeace, 1981; Luthra & Gidycz, 2006). Relativamente à perpetração, este último estudo mostrou que mulheres universitárias tinham uma taxa mais elevada de perpetração que os homens (25% e 10%, respetivamente) (Luthra & Gidycz, 2006). É no entanto, necessário salientar que, de acordo com o estudo de Jackson (1999) e Stets (1991), as taxas de auto-vitimização e perpetração são altamente subnotificadas por jovens adultos, com valores de cerca de 65%.

#### **1.4. Representações Sociais**

Os seres humanos nascem num mundo social construído sob as representações sociais que organizam a relação com indivíduos que os rodeiam, nomeadamente os seus pais e professores, entre outros

(Duveen & Lloyd, 1990). Vários fenômenos culturais, como a linguagem, pensamentos e práticas sociais “são transmitidos de geração em geração através da experiência diária, comunicação, memória coletiva e instituições” (p. 135). Estes fenômenos ficam gravados no conhecimento de senso comum e constituem as realidades sociais dos seres humanos (Marková, 2003).

A capacidade para participar na sociedade implica que as crianças tenham acesso às representações sociais da sua comunidade. Duveen e Lloyd (1990) denominam este processo de ontogênese das representações sociais. Este processo, contudo, não se limita somente à infância, uma vez que ocorre quando qualquer indivíduo toma contacto com novas representações sociais com o propósito de participar num grupo.

Os membros de uma comunidade comunicam entre si através de um sistema de significados partilhado que é descritor e definidor do mundo do sujeito e dos objetos a este pertencente. A maior parte deste sistema compreende itens culturais que derivam de tradições e processos históricos de longo termo (Wagner, 2012). De acordo com a pesquisa, os fatores sociais em particular influenciam as percepções a nível individual e coletivo, e por esse motivo possuem grande importância devido à influência que exercem sobre estas (McCloskey, 2007).

Emile Durkheim denominou estas estruturas tradicionais de representações coletivas que, devido à sua presença de longo termo, têm um carácter relativamente estável. Estas formas comuns de conceber, pensar acerca e avaliar a realidade social (Höijer, 2012) integram ideias centrais acerca do mundo, compreendem regras da estrutura social da comunidade e cedem justificação moral e religiosa quanto ao que é considerado certo e errado (Wagner, 2012).

De acordo com Moscovici (2000), o conceito proposto por Durkheim é demasiado estático no entendimento do que é a sociedade contemporânea, não abrangendo dinâmicas e o carácter maleável, a

variabilidade e a pluralidade de cognições sociais. De modo a incluir todos estes aspetos (Höijer, 2012) e a separar este fenómeno dinâmico da conceção mais estática proposta por Durkheim, Serge Moscovici propôs que o conceito fosse denominado de “representação social” (Wagner, 2012).

As representações sociais podem ser definidas como “processos de criação de significados coletivos que resultam em cognições comuns que produzem laços sociais unificadores das sociedades, organizações e grupos” (Höijer, 2012, p. 3), ou seja, uma forma específica de compreensão e comunicação. Representação é portanto uma imagem, um significado ou, como Moscovici (2000) afirmou, “equivale cada imagem a uma ideia e cada ideia a uma imagem”. O foco das representações sociais centra-se em fenómenos que são submetidos a debate e que transformam o pensamento coletivo na sociedade. É deste modo que algumas ideias sofrem um processo de transformação e passam a ser percecionadas como pertencentes ao senso comum (Höijer, 2012).

Contudo, existe uma ligação entre o conceito de representações sociais de Moscovici e o conceito de representações coletivas de Durkheim (Höijer, 2012), uma vez que ambas podem ser observadas em ações individuais e em padrões de comportamento coletivo, assim como no discurso societal (Wagner, 2012). De acordo com Durkheim, as representações funcionam como estabilizadores para muitas palavras ou ideias. Contudo, Moscovici discorda desta perspetiva devido ao caráter de plasticidade inerente às representações, vendo-as ao invés como estruturas dinâmicas que operam num conjunto de relações e comportamentos que aparecem e desaparecem juntas com as representações (Moscovici, 2000). Com o termo “social” Moscovici não só pretende enfatizar como as representações surgem através de interação social e comunicação entre indivíduos e grupos, mas que os seus conteúdos são sociais e que por esse motivo refletem, de várias formas, contextos históricos, culturais e económicos, assim

como diversas circunstâncias e práticas (Höijer, 2012).

Quando um problema é debatido e obtém uma importância duradora, surge uma representação que eventualmente se tornará emancipada ou até mesmo dominante, no sentido que todos os setores da comunidade a usam sem pensar. Em teoria da comunicação este processo é denominado de *cultivação de um problema*. Assim, a emergência de uma representação social pressupõe que um problema seja suficientemente relevante para que os membros de uma comunidade iniciem uma discussão conflituosa. Nos tempos modernos, os *mass media* acrescentaram e estabeleceram outro sistema de significados, que se apresenta como muito mais dinâmico e menos resistente à mudança do que os fundamentos culturais de uma sociedade (Wagner, 2012).

### 1.5. Papéis de Género

O conceito de género surgiu do debate gerado pela segunda vaga do feminismo, disseminando-se rapidamente nas ciências sociais. O género tinha o propósito, em termos teóricos, de incitar o questionamento acerca da diferenciação entre os sexos no contexto social, nomeadamente a divisão exercida sobre estes, que até então havia sido circunscrita ao domínio biológico. Na década de 80 do século XX, o género passa a surgir no “discurso político-institucional”, primeiramente por parte das Nações Unidas, que para este fim tiveram um papel crucial e, posteriormente, pelos *media* que contribuíram para a sua divulgação para o domínio público (Amâncio, 2003).

Cada vez mais, o género é visto como um dos componentes essenciais de organização das relações sociais devido à influência que exerce nas percepções dos indivíduos quanto às capacidades que estes possuem, tarefas que lhes são apropriadas e interesses que estão de acordo com o domínio biológico a que pertencem, assim como a avaliação que realizam de outras pessoas. Este é, portanto, um



conceito ao qual se prendem múltiplos aspetos que tipicamente se associam à masculinidade e feminilidade, nomeadamente atributos físicos, traços de personalidade, comportamentos e papéis que homens e mulheres devem exercer na sua vida (Vieira, 2006).

O termo “papéis de género” refere-se a atividades ou comportamentos tipicamente associados com mulheres ou homens, enquanto “estereótipo de género” se refere às crenças associadas às características e personalidades apropriadas a homens e mulheres (Brannon, 2005). Estes guiam o comportamento devido às pressões a nível pessoal e social que levam ao conformismo relativamente a estes (Eagly, 1987; Eagly, Wood, & Dickeyman, 2000; Wood & Eagly, 2012).

Os papéis de género como expectativas descritivas e prescritivas aplicam-se a todas as mulheres e homens numa sociedade (Ridgeway, 2011, como citado em Wood & Eagly, 2012). Estas pressões surgem devido aos papéis de género serem crenças partilhadas e por os indivíduos, por vezes, os internalizarem como identidades de género. Quando os significados culturais associados ao seu sexo são aceites ou sofrem esse processo de internalização, ocorre um infiltramento da cultura dentro do sujeito, tornando-se este fenómeno evidente em muitos contextos, particularmente nas pressões sociais e identidades pessoais existentes (Wood & Eagly, 2012).

### **1.6. Atitudes Perante os Papéis de Género**

A distinção entre o que é esperado para membros de ambos os sexos por parte dos pais começa antes da criança atingir uma idade em que tem capacidade de compreender a distinção biológica. Algumas das ações que revelam esta distinção realizada por parte dos pais passam pela compra de brinquedos, diferente atribuição de tarefas domésticas, desigualdade valorização de comportamentos sociais e diferença no esclarecimento de dúvidas concernentes à sexualidade (Vieira, 2006).

As pessoas inferem os traços de homens e mulheres através da observação dos seus comportamentos, considerando estes traços como intrínsecos a cada um dos sexos (Wood & Eagly, 2012). Este processo inicia-se desde cedo e à medida que as crianças tomam contacto com mais agentes socializadores (ex: novas amizades, *media*) (Witt, 1997).

No entanto, é a família o sistema primordial de socialização do indivíduo, no qual este passa muito tempo, particularmente nos primeiros estádios do seu desenvolvimento e é através da interação ocorrente neste contexto que são transmitidos muitos valores e significados, como estereótipos que regulam o comportamento, de geração para geração, que afetam o percurso do indivíduo e a forma como este interage com os outros. As dinâmicas e regras inerentes a este sistema decorrem do contexto sócio-cultural em que está inserido, o que leva a que as ideias e comportamentos do sistema parental deva ser compreendido tendo em conta estes valores culturais, o processo de socialização com que cresceram e os modelos de educação transmitidos pelos seus próprios pais, especialmente desde a infância até aos primeiros anos destes como adultos (Vieira, 2006).

Particularmente com o início do seu percurso escolar, as suas ideias e crenças são reforçadas por todos os que as rodeiam, contribuindo para a aprendizagem de comportamento estereotipado de género. Ao longo do desenvolvimento estes estereótipos desenvolvem-se e infiltram-se nas suas crenças e, conseqüentemente, no auto-conceito das crianças (Witt, 1997). Comportamentos relacionados com o género tornam-se parte de um padrão aceite como masculino ou feminino, conseqüente da associação realizada para com ambos os géneros (Brannon, 2005), criando os papéis de género diferenças no comportamento devido às reações dos indivíduos relativamente às suas próprias identidades de género e expectativas, com a simultânea ativação de processos biológicos que envolvem mecanismos neurais e hormonais. As crenças acerca do género, através de processos sociais, psicológicos e biológicos revelam-se

como deveras importantes por se constituírem como guias de comportamento, sendo colocadas em ação pela divisão de trabalho e facilitadas pela socialização (Wood & Eagly, 2012).

As práticas de socialização são promovidas pelas crenças relativas aos papéis de género no contexto societal, encorajando particularmente as crianças na obtenção de capacidades, traços e preferências, que suportam a divisão de trabalho no seio da sua sociedade (Wood & Eagly, 2012). Apesar da transmissão destas ideias serem fortes organizadores do mundo da criança e da criação de regras comportamentais e outras, estas podem-se apresentar como entraves do seu desenvolvimento e até mesmo de um progresso da família saudável. De acordo com a investigação, os diferentes estilos educativos exercidos por pais advém de estereótipos destes acerca dos papéis de género ao invés das “caraterísticas reais das crianças”. Estes transmitem os seus padrões culturais de masculinidade e feminilidade através das suas atitudes e comportamentos (Vieira, 2006).

Por sua vez, os adultos são encorajados ao conformismo relativamente às crenças partilhadas devido às expetativas e internalização de normas comportamentais, com o suporte adicional de processos biológicos, nomeadamente ativação hormonal, que formam a base dos comportamentos particulares aos papéis de género. É a junção de todos estes processos biosociais que originam a construção dinâmica do género, em padrões adaptados ao seu tempo e cultura, que se revelam como guias para os indivíduos numa determinada sociedade (Wood & Eagly, 2012).

O estudo do desvio de normas associadas aos papéis de género tradicionais, como o realizado por Siri e colaboradores (2004), revela que as pessoas respondem mais negativamente a transgressões realizadas por indivíduos do sexo masculino. Este fenómeno, denominado de “rigidez de papel de género masculino” (do inglês: *male gender role rigidity*), influencia muitos indivíduos do sexo masculino ao evitamento ou desenvolvimento do que a sociedade

carateriza como qualidades tipicamente femininas e comportamentos estereotipados como femininos (McCreary, 1994).

Intimamente ligada ao conceito de gênero, está o termo “igualdade” que concerne “aos direitos iguais, responsabilidades e oportunidades em qualquer área da vida para mulheres e homens e rapazes e raparigas. Isto implica que todas as pessoas – independentemente do sexo – têm igual poder e influência na sociedade” (The Nordic Council of Ministers, 2016 como citado em Gracia & Merlo, 2016, p. 27).

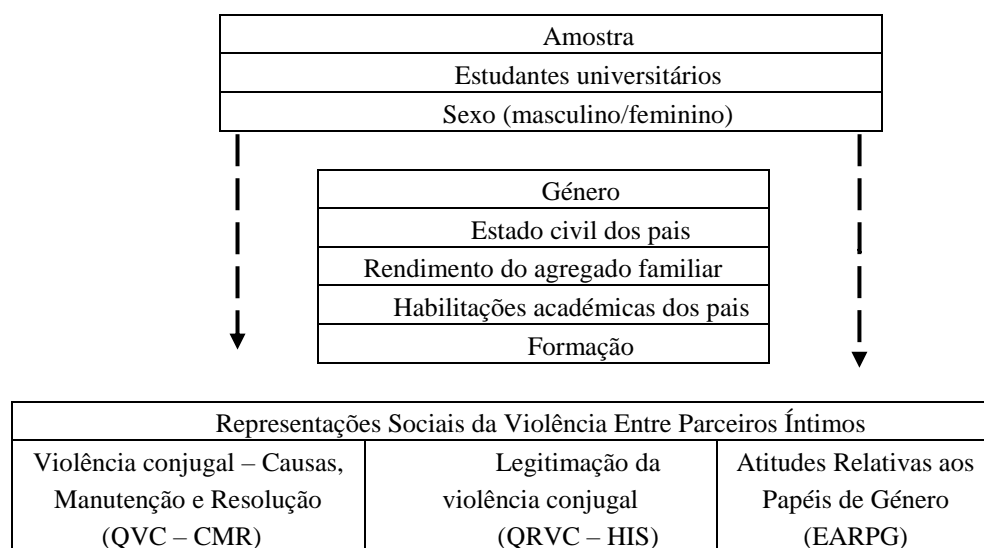
## **II - Objectivos**

As representações sociais concernentes à violência entre parceiros íntimos exercem uma forte influência sob os comportamentos de indivíduos perante situações em que a violência ocorre.

Com este estudo pretende-se investigar as representações sociais que os estudantes universitários possuem acerca da VPI, particularmente a legitimação/banalização da violência conjugal e de que forma as atitudes que os estudantes universitários manifestam perante os papéis de gênero influenciam as representações sociais que possuem perante a VPI.

Em termos mais específicos, procuramos:

- analisar a influência de algumas variáveis sociodemográficas nas representações sociais da VPI dos estudantes universitários, nomeadamente: sexo, estado civil dos pais, rendimento do agregado familiar e habilitações académicas dos pais.
- averiguar se os estudantes universitários frequentaram alguma formação sobre a VPI e se a formação exerce influência sobre as representações sociais acerca desta temática.
- estudar a relação entre as representações sociais perante a VPI e as atitudes relativas aos papéis de gênero.



*Figura 1.* Mapa conceitual e hipotético das relações entre as variáveis em estudo

### III - Metodologia

#### 3.1. Descrição da amostra

A amostra é constituída por 129 sujeitos, estudantes de diferentes estabelecimentos de ensino superior, maioritariamente do sexo feminino (82.2%), com uma média de idades de 20.3 anos (DP = 1.7 anos), a maioria com 19 anos (21.7%), com pais casados (70.5%), em que 26.4% dos pais têm o ensino secundário e com 34.9% das mães com o ensino universitário. Em 42.6% dos casos o rendimento mensal do agregado é até 1200 euros. Apenas 9.7% dos sujeitos são trabalhadores estudantes e cerca de um terço (34.1%) já tiveram formação sobre violência nas relações íntimas.

**Tabela 1. Caracterização sociodemográfica (N = 129)**

	n	%
Sexo		
Feminino	106	82.2
Masculino	23	17.8
Idade		

Idade (M; DP)	20.3	1.7
18 anos	23	17.8
19	28	21.7
20	17	13.2
21	21	16.3
22	27	20.9
23 anos	13	10.1
Pais casados		
Sim	91	70.5
Não	38	29.5
Pais divorciados		
Pais Viúvos	7	5.4
Pais Solteiros/Outro	3	2.3
Habilitações literárias (pai)		
1º ciclo	17	13.2
2º ciclo	22	17.1
3º ciclo	23	17.8
Secundário	34	26.4
Universitário	31	24.0
Habilitações literárias (mãe)		
1º ciclo	8	6.2
2º ciclo	19	14.7
3º ciclo	20	15.5
Secundário	35	27.1
Universitário	45	34.9
<hr/>		
Rendimento agregado		
Até 1200	55	42.6
1200-1800	39	30.2
> 1800	35	27.1
Situação laboral		
Estudante	117	90.7
Trabalhador/Estudante	12	9.3
Formação VRI		
Sim	44	34.1
Não	85	65.9

### 3.2. Instrumentos

O protocolo de avaliação utilizado na presente investigação é constituído por um Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares, dois questionários de autorresposta e uma escala de

autorresposta, nomeadamente: o Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS), o Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) e a Escala de Atitudes Relativas aos Papéis de Género (EARPG).

### **3.2.1. Questionário Sociodemográfico e Dados Complementares**

O questionário sociodemográfico contempla informação relativa ao sujeito, dividindo-se em duas partes. A primeira concerne a dados demográficos, nomeadamente: idade, sexo, nacionalidade, zona de residência, estabelecimento de ensino superior que frequenta, curso que frequenta, ano que frequenta, língua materna, raça, estado civil, situação laboral. Encontram-se presentes algumas questões relativas ao contexto familiar, particularmente: estado civil, escolaridade, profissão e rendimento bruto anual da família.

A segunda parte deste questionário refere-se à formação que o sujeito possa ter recebido acerca da VPI.

### **3.2.2. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)**

O Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) é um instrumento de autorresposta cujo objetivo se prende com a identificação de fatores relacionados com o aparecimento da violência conjugal, sua manutenção e desaparecimento (Alarcão, M., Alberto, I., Camelo A. & Correia, A., 2007). É composto por três conjuntos de catorze afirmações, correspondentes a fatores predisponentes ao surgimento da violência, sua manutenção e resolução. Estas afirmações são pertencentes às seguintes categorias: o agressor; a vítima; e o contexto relacional (filhos, família e sociedade em geral) (Aguilar, 2010).

É pedido ao inquirido que responda através de uma escala de *Likert* de quatro pontos (1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo, 3 – Concordo, 4 – Concordo totalmente).

Relativamente às qualidades psicométricas, no que concerne aos valores de alpha de *Cronbach* que indicavam um elevado grau de consistência interna, Paiva (2010) obteve os valores de  $\alpha=0.83$  e  $\alpha=0,80$ , nos fatores de ativação e manutenção, respetivamente. Contudo, quanto ao fator de resolução verificou-se um valor de alpha de *Cronbach* mais baixo de 0.60. Foram obtidos resultados semelhantes por Aguilar (2010), sendo os valores de alpha de *Cronbach* de 0.88 e 0.83 para os fatores de manutenção e resolução, respetivamente, sendo estes valores superiores aos obtidos por Paiva (0.84).

Os valores de consistência interna obtidos para o Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) variaram entre .792 (razoável) e .850 (bom).

**Tabela 2. Consistência interna: QVC-CMR**

	Alpha de Cronbach	Nr de itens
Causas	.850	14
Manutenção	.818	14
Resolução	.792	14

### 3.2.3. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)

O Questionário de Violência Conjugal – Histórias desenvolvido por Alarcão, Alberto, Correia e Camelo (2007) é um instrumento de autorresposta composto por três histórias de vivências conjugais violentas, constituído por três conjuntos de catorze afirmações correspondentes a fatores predisponentes ao surgimento da violência, à sua manutenção e resolução. O objetivo do instrumento é avaliar as representações sociais da violência entre parceiros íntimos e o seu grau de legitimação ou banalização.



O questionário é constituído por três histórias de violência conjugal. Cada uma destas histórias é seguida por dez afirmações, relativamente às quais é pedido ao inquirido que indique o seu grau de concordância, de acordo com uma escala de Likert de 4 pontos, em que a resposta “concordo plenamente” corresponde a uma maior legitimação da violência e “discordo plenamente” corresponde a uma menor legitimação.

No que se refere à consistência interna deste instrumento, Aguilar (2010) obteve um valor de *Cronbach* de 0.947 o que indica uma boa consistência interna. Quanto às histórias, este autor obteve  $\alpha=0.845$ ,  $\alpha=0.906$  e  $\alpha=0.888$  para a História 1, 2 e 3, respetivamente.

Os valores de consistência interna obtidos para o Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) são todos superiores a .90 (excelente).

**Tabela 3 – Consistência interna: QRVC-HIS**

	Alpha de Cronbach	Nr de itens
História 1	.909	10
História 2	.919	10
História 3	.922	10

#### **3.2.4. Escala de Atitudes Relativas aos Papéis de Género (EARPG)**

A Escala de Atitudes Relativas aos Papéis de Género (Leaper & Vallin, 1996) é uma escala originalmente constituída por 28 itens, que tem como objetivo avaliar as atitudes face à igualdade de direitos e os papéis de homens e mulheres no contexto de papéis de género. As respostas são avaliadas através de uma escala tipo Likert e cotadas de 1 a 4. Quanto mais alta for a pontuação global obtida mais positiva é a atitude do sujeito inquirido relativamente à igualdade dos papéis de género.

Este instrumento foi contruído com base de uma revisão e atualidade de diferentes instrumentos de avaliação psicológica

direcionados à medição de atitudes face ao género e papéis de género. Na versão original da escala, os valores que representam a consistência interna, obtidos pelos investigadores durante os estudos conduzidos usando este instrumentos, variaram entre .74 e .91. A sua adaptação e validação em Portugal foi realizada em fases estruturadas.

A EARPG foi utilizada por Andrade (2006) e validada por esta autora (2016) numa amostra de estudantes do ensino superior. Através das análises fatoriais exploratórias e confirmatórias efetuadas, foram extraídos dois fatores. O fator 1 é constituído pelos itens 2, 3, 1, 14, 4, 5, 15, 11, 18, 13, 20, 10i e 7 que representam uma atitude de valorização da divisão tradicional (desigual) dos papéis de género. O fator 2, por sua vez, é constituído pelos itens 6, 17, 19, 8, 9, 12i e 16<sup>1</sup> que representam uma atitude de valorização da divisão igualitária dos papéis de género.

Em relação à consistência interna deste instrumento, Andrade (2016) obteve valores de alpha de *Cronbach* de .79 e de .68 para o fator 1 e 2, respetivamente. Apesar de não ser muito elevado, este último índice aproxima-se de 70 e é considerado suficiente para a comparação de grupos.

A versão utilizada na presente investigação foi adaptada por Serrão, Martins, Cardoso e Moreira (2013) no estudo "Sexismo ambivalente, atitudes perante os papéis de género e estratégias de antecipação da conciliação entre vida familiar e vida profissional".

Os valores de consistência interna, avaliada com o coeficiente alpha de *Cronbach*, da escala de Atitudes Relativas aos Papéis de Género (EARPG) variaram entre um mínimo de .638 (fraco mas aceitável) na dimensão atitudes de apreciação da divisão igualitário

<sup>1</sup> Os itens assinalados com “i” sofreram alterações do estudo original de Andrade (2006) para o de Serrão, Martins, Cardoso e Moreira (2013) quanto à ordem pela qual foram apresentados.

dos papéis de gênero a um máximo de .802 (bom) na dimensão atitudes de apreciação da divisão tradicional dos papéis de gênero. A categorização destes valores segue o referenciado em Hill (2005).

**Tabela 4. Consistência interna: EARPG**

	Alpha de Cronbach	Nr de itens
Divisão tradicional	.802	13
Divisão igualitária	.638	7

Na tabela número 5 podemos apreciar as estatísticas descritivas dos valores obtidos pelos sujeitos nas dimensões em análise. Nela indicamos os valores mínimos e máximos, médias e respectivos desvios padrão. Os sujeitos obtêm valores mais elevados no EARPG na dimensão tradicional (3.17), no QVC-CMR obtêm valores mais elevados na dimensão Resolução (45.34) enquanto no QRVC-HIS a história 2 é a que apresenta valores médios mais elevados (1.42).

**Tabela 5. Estatísticas descritivas**

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
<b>EARPG</b>					
Divisão tradicional	129	1.69	4.00	3.17	0.40
Divisão igualitária	129	1.57	4.00	2.35	0.35
<b>QVC-CMR</b>					
Causas	129	14.00	56.00	36.22	6.51
Manutenção	129	18.00	56.00	42.14	5.91
Resolução	128	28.00	56.00	45.34	5.27
<b>QRVC-HIS</b>					
História 1	129	1.00	4.00	1.21	0.39
História 2	129	1.00	4.00	1.42	0.51
História 3	129	1.00	4.00	1.24	0.43

### 3.3. Procedimentos de Investigação

A primeira etapa deste estudo consistiu na recolha da amostra, realizada pela autora da presente dissertação, através de duas modalidades: uma *online*, nomeadamente através de uma plataforma

denominada *Google Forms* e outra em formato de papel. Para ambas as modalidades de recolha foi assegurado o anonimato e a confidencialidade das respostas dos sujeitos e, em suporte papel constavam duas declarações de Consentimento Informado, uma para o sujeito e outra para o investigador. A recolha da amostra realizou-se de janeiro a junho de 2016, de acordo o processo de seleção da amostragem por conveniência.

Foi facultado aos participantes o protocolo com os questionários organizados pela seguinte lógica: Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares; QVC-CMR: Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução; QRVC-HIS: Questionário de Violência Conjugal – Histórias; e EARPG.

Sendo instrumentos de autorresposta foram preenchidos na nossa ausência, no entanto todos os participantes tiveram acesso a informação relativa aos objetivos da investigação, clarificando que eram sujeitos voluntários e que as suas respostas eram de enorme importância, mas também que os participantes tinham a possibilidade de desistir do preenchimento a qualquer momento.

### **3.4. Procedimentos Estatísticos**

A análise estatística envolveu medidas de estatística descritiva (frequências absolutas e relativas, médias e respetivos desvios-padrão) e estatística inferencial. O nível de significância para aceitar ou rejeitar a hipótese nula foi fixado em  $(\alpha) \leq 0,05$ . Utilizou-se o coeficiente de consistência interna alpha de *Cronbach* e os coeficientes de correlação momento-produto de Pearson para analisar as correlações entre variáveis de tipo quantitativo. Para testar os objetivos específicos relativos às variáveis sexo, estado civil dos pais e “formação em VPI” utilizou-se o teste *t* de Student para amostras independentes, pois estamos a comparar dois grupos em variáveis dependentes de tipo quantitativo. Para testar os objetivos relativos às variáveis “rendimento do agregado familiar” e “habilitações

acadêmicas dos pais” utilizou-se o teste Anova *One-Way* pois estamos a comparar três grupos em variáveis dependentes de tipo quantitativo. Os pressupostos destes testes, nomeadamente o pressuposto de normalidade de distribuição e o pressuposto de homogeneidade de variâncias, foram analisados com os testes de Shapiro-Wilk e teste de Levene. Nos casos em que estes pressupostos não se encontravam satisfeitos foram substituídos pelos testes não-paramétricos alternativos, designadamente o teste de Mann-Whitney ou o teste de Kruskal-Wallis. Nesta situação, para facilidade de interpretação apresentam-se nas estatísticas descritivas os valores das médias e não os valores das ordens médias. Para as amostras com dimensão superior a 30 aceitou-se, de acordo com o teorema do limite central, a normalidade de distribuição dos valores das variáveis.

A análise estatística foi efetuada com o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 22.0 para Windows.

#### IV – Resultados

##### 4.1. Representações sociais de estudantes universitários em torno da VPI (QRVC-HIS e QVC-CMR)

Encontrámos os coeficientes de correlação significativos quanto às representações sociais dos estudantes universitários, em torno da VPI, indicados na tabela seguinte:

**Tabela 6. Correlações entre QRVC-HIS e QVC-CMR**

	QRVC-HIS		
	História 1	História 2	História 3
<b>QVC-CMR</b>			
Causas	.065	.055	.027
Manutenção	-.168	-.246**	-.229**
Resolução	-.127	-.254**	-.107

\*  $p \leq .05$  \*\*  $p \leq .01$  \*\*\*  $p \leq .001$

Podemos observar que os sujeitos com valores mais elevados em “Manutenção” (QVC-CMR) legitimam significativamente menos a violência conjugal na História 2 e 3. Os valores também indicam que os sujeitos com valores mais elevados em “Resolução” (QVC-CMR) legitimam significativamente menos a violência conjugal na História 2.

## 4.2. Impacto das variáveis sociodemográficas nas representações sociais da VPI

### 4.2.1. Influência do Sexo

Encontrámos as seguintes diferenças estatisticamente significativas relativamente à variável “Sexo”, presentes na tabela 7:

**Tabela 7. Significância das diferenças: Sexo**

	Feminino		Masculino		t
	M	Dp	M	Dp	
<b>EARPG</b>					
Divisão tradicional	2.31	.25	2.53	.63	-3.118**
Divisão igualitária	3.21	.37	2.99	.47	1.409
<b>QVC-CMR</b>					
Causas	36.00	6.56	37.26	6.38	-.840
Manutenção	42.49	5.71	40.57	6.69	1.420
Resolução	45.57	5.13	44.30	5.90	1.044
<b>QRVC-HIS</b>					
História 1	1.14	.21	1.57	.73	-3.183***
História 2	1.32	.37	1.93	.74	-4.360***
História 3	1.16	.21	1.67	.81	-4.124***

\*  $p \leq .05$  \*\*  $p \leq .01$  \*\*\*  $p \leq .001$

Recorremos ao teste  $t$  de Student para amostras independentes para averiguar a influência da variável “Sexo” nas representações sociais da VPI dos estudantes universitários.

A averiguação dos resultados obtidos revela que relativamente à “Divisão tradicional” (EARPG),  $Z = -3.118$ ,  $p = .002$ , os homens obtêm valores significativamente mais elevados com uma média de

2.53 (DP=.63) versus uma média de 2.31 para as mulheres (DP=.25).

No que concerne à legitimação da violência observável através das respostas perante as Histórias, verificamos que na História 1,  $Z = -3.183$ ,  $p = .001$ , a legitimação da violência conjugal é significativamente mais elevada entre estes que obtiveram uma média de 1.57 (DP=.73) e as mulheres uma média de 1.14 (DP=.21).

Quanto à História 2,  $Z = -4.360$ ,  $p = .001$ , a atitude de legitimação é, de novo, significativamente mais elevada entre os homens que obtiveram uma média de 1.93 (DP=.74) e as mulheres média de 1.32 (DP=.37) e o mesmo ocorre com a História 3,  $Z = -4.124$ ,  $p = .001$ , em que a média dos homens resultou em 1.67 (DP=.81) e as mulheres média de 1.16 (DP=.21)..

#### 4.2.2. Influência do estado civil dos pais

Relativamente à variável “estado civil dos pais” encontramos as seguintes diferenças estatisticamente significativas:

**Tabela 8. Significância das diferenças: estado civil**

	Sim		Não		t
	M	Dp	M	Dp	
<b>EAPG</b>					
Divisão tradicional	2.37	.40	2.30	.24	1,251
Divisão igualitária	3.13	.42	3.27	.34	-1,765
<b>QVC-CMR</b>					
Causas	36.96	6.45	34.47	6.43	1,994*
Manutenção	41.98	6.27	42.55	5.03	-,501
Resolução	45.63	5.42	44.66	4.91	,956
<b>QRVC-HIS</b>					
História 1	1.22	.43	1.22	.30	,009
História 2	1.44	.55	1.40	.41	,327
História 3	1.28	.49	1.17	.22	1,379

\*  $p \leq .05$  \*\*  $p \leq .01$  \*\*\*  $p \leq .001$

Os dados obtidos, presentes na tabela anterior, revelam que no que concerne às “Causas” da violência conjugal (QVC-CMR),  $t(127) = 1.994$ ,  $p = .048$ , os filhos de pais divorciados obtêm valores

significativamente mais elevados nesta dimensão com uma média de 36.96 (DP= 6.45) versus uma média inferior de 34.47 (DP=6.43) para os filhos de pais com outro estado civil (ver Tabela 8).

#### 4.2.3. Influência do rendimento do agregado familiar

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em função do rendimento do agregado familiar. Deste modo, de acordo com os nossos resultados estatísticos, esta variável não influencia significativamente as atitudes relativas aos papéis de género e as representações sociais em torno da violência conjugal (ver tabela 9).

**Tabela 9. Significância das diferenças: rendimento**

	Até 1200		1200-1800		> 1800		F
	M	Dp	M	Dp	M	Dp	
<b>EAPG</b>							
Divisão tradicional	2.33	.32	2.41	.46	2.31	.29	,874
Divisão igualitária	3.24	.37	3.18	.39	3.04	.44	2,792
<b>QVC-CMR</b>							
Causas	35.65	7.13	37.08	5.62	36.17	6.53	,541
Manutenção	41.71	6.30	43.15	5.95	41.71	5.26	,806
Resolução	45.89	5.29	45.26	5.46	44.60	5.08	,639
<b>QRVC-HIS</b>							
História 1	1.25	.47	1.19	.36	1.20	.29	,264
História 2	1.42	.58	1.42	.51	1.44	.40	,012
História 3	1.25	.46	1.27	.50	1.23	.29	,060

#### 4.2.4. Influência das habilitações académicas dos pais

Relativamente às habilitações académicas dos pais, não encontramos diferenças estatisticamente significativas, o que implica que estas não influenciam significativamente as atitudes relativas aos papéis de género e as representações sociais em torno da violência conjugal (ver Tabela 10).



### 4.3. Influência da variável Formação em VPI nas representações sociais

Não encontramos diferenças estatisticamente significativas em função dos sujeitos terem participado ou não em formações acerca da VPI (ver Tabela 11).

**Tabela 10. Significância das diferenças: habilitações académicas**

	3º ciclo ou inferior		Secundário		Universitário		F
	M	Dp	M	Dp	M	Dp	
<b>EAPG</b>							
Divisão tradicional	3.20	.38	3.14	.46	3.18	.38	,235
Divisão igualitária	2.32	.39	2.35	.37	2.38	.34	,382
<b>QVC-CMR</b>							
Causas	37.15	7.82	35.31	5.74	35.96	5.99	,781
Manutenção	42.44	6.38	41.39	6.51	42.35	5.25	,360
Resolução	46.05	4.38	45.86	5.63	44.37	5.58	1,424
<b>QRVC-HIS</b>							
História 1	1.25	.53	1.18	.28	1.22	.35	,320
História 2	1.45	.62	1.38	.38	1.46	.52	,308
História 3	1.29	.54	1.22	.26	1.25	.45	,283

**Tabela 11. Significância das diferenças: formação**

	Sim		Não		t
	M	Dp	M	Dp	
<b>EAPG</b>					
Divisão tradicional	3.24	.39	3.14	.40	1,352
Divisão igualitária	2.41	.41	2.32	.33	1,249
<b>QVC-CMR</b>					
Causas	35.39	6.52	36.66	6.52	-1,051
Manutenção	41.75	5.25	42.35	6.26	-,547
Resolução	45.82	5.67	45.10	5.07	,736
<b>QRVC-HIS</b>					
História 1	1.17	.35	1.24	.41	-,955
História 2	1.40	.51	1.44	.52	-,478
História 3	1.21	.49	1.27	.40	-,673

### 4.4. Associação entre as atitudes perante os papéis de género (EARPG) e as representações sociais da VPI (QRVC-HIS e QVC-

**CMR)**

Relativamente à associação entre as duas principais variáveis analisadas neste estudo, os dados obtidos mostram que os sujeitos com valores mais elevados na escala de “Divisão Tradicional” dos papéis relativos ao género (EARPG) obtêm valores mais elevados na escala de “Resolução” (QVC-CMR).

Os sujeitos com valores mais elevados na escala de “Divisão Igualitária” dos papéis relativos ao género (EARPG) legitimam significativamente mais a violência conjugal em todas as histórias (QRVC-HIS) (ver Tabela 12).

**Tabela 12. Correlações entre EARPG e QRVC-HIS e QVC-CMR**

	Atitudes	
	Divisão tradicional	Divisão igualitária
<b>QVC-CMR</b>		
Causas	.028	-.004
Manutenção	.106	-.168
Resolução	.290***	.005
<b>QRVC-HIS</b>		
História 1	-.057	.323***
História 2	-.158	.200*
História 3	.004	.385***

\*  $p \leq .05$  \*\*  $p \leq .01$  \*\*\*  $p \leq .001$

**V - Discussão**

Os resultados obtidos com a nossa amostra serão discutidos de seguida, tendo em conta os objetivos definidos, assim como a literatura existente acerca dos vários temas explorados no presente estudo.

Pretendemos averiguar se os resultados obtidos vão de encontro a dados obtidos em investigações empíricas realizadas ou se estes refletem informações distintas, não esquecendo, porém que este é um estudo exploratório.

### **5.1. Representações sociais de estudantes universitários em torno da VPI (QRVC-HIS e QVC-CMR)**

Os resultados sugerem que os sujeitos legitimaram significativamente menos a violência conjugal nas Histórias 2 e 3, designadamente os que obtiveram valores mais elevados quanto a “Manutenção” da violência conjugal. Também os que obtiveram valores mais elevados quanto a “Resolução” legitimaram significativamente menos a História 2, sobressaindo esta como o contexto em que os estudantes universitários concebiam a violência como menos aceitável. Note-se que a História 2 retrata um casal de idade mais avançada (ambos com 60 anos) em que a mulher quando regressa a casa do trabalho é agressiva verbal e fisicamente para com o marido, que desculpa sempre os atos desta, culpando o cansaço do trabalho como o catalisador de tais ações, ou seja, não só se trata de uma faixa etária em que não existe tanto reconhecimento quanto à ocorrência da VPI, como a perpetradora é mulher, que, tal como muitos estudos indicam é maioritariamente percecionada como vítima e nunca a perpetradora da violência.

Estudos indicam que as taxas de VPI relativamente a mulheres mais velhas são mais baixas, comparativamente às correspondentes a vítimas mais jovens (Rennison & Rand, 2003), contudo, no que concerne à população idosa, a taxa de mulheres que vivenciaram abuso nessa etapa de vida é superior à dos homens (Zink, Fisher, Regan, & Pabst, 2005).

A História 3 retrata um casal jovem (30 anos) em que o marido bebe e bate na mulher que está grávida, mas que pede sempre desculpa quando o efeito do álcool passa. Muitos investigadores apontaram que um grande número de acontecimentos violentos no contexto doméstico envolvem o consumo de álcool e/ou embriaguez (Quigley & Leonard, 2000 citado por (Langhinrichsen-Rohling, 2005).

O consumo de álcool facilita a violência através dos seus efeitos

no processamento cognitivo e o apoio da sociedade para com este, pode interferir com a eficácia da prevenção, inclusive de programas relativos à VPI (Langhinrichsen-Rohling, 2005). No estudo de Almeida (2009) os sujeitos entrevistados, que se constituíam por vítimas e agressores, não estabeleceram uma relação de causalidade entre o álcool e a violência. Contudo, estes expressaram, nitidamente, que quando o agressor se encontra alcoolizado a violência a que recorre é mais grave. É necessário ter em conta que apesar do consumo de álcool poder providenciar algum prazer, este aumenta o risco de ocorrerem diversos danos sociais, usualmente correlacionados com a dose, ou seja, conforme o aumento do consumo de álcool, por parte do indivíduo, ocorre também um aumento de consequências negativas para este, nomeadamente no que diz respeito às relações interpessoais (Anderson, Baumberg, & McNeill, 2006; Lourenço & Fernandes, 2011), podendo incluir crimes. A quantidade, frequência e ambos estes fatores (especialmente se ocorrentes de forma episódica) aumentam de forma independente o risco de violência (Anderson et al. 2006).

O facto dos estudantes universitários legitimarem menos esta história no presente estudo é um indicador que estes não consideram que o álcool, apesar do seu efeito físico e psicológico, justifica atos violentos, não sendo um fator passível de estar fora do alcance do indivíduo quanto a recorrer à violência.

A História 1 foi, portanto, a mais legitimada e tal legitimação pode ter ocorrido por esta retratar um casal com cerca de 40 anos com duas filhas adolescentes e bons empregos em que, por vezes, o homem dá bofetadas à mulher quando esta se atrasa na preparação do jantar. Contudo, estes desentendimentos nunca ocorrem à frente das filhas.

É possível que uma menor legitimação das histórias 2 e 3 e uma maior legitimação da História 1 esteja relacionada com as representações sociais mais enraizadas na sociedade, em que o homem é o perpetrador da violência e a mulher a vítima, que são deste modo

vistas como mais comuns e, conseqüentemente, mais “aceitáveis”, independentemente da problemática com que se relacionam. Isto pode contribuir para que, uma vez que não é visto como algo tão comum, visualizar o homem como vítima ao invés da mulher, contribua para que as representações sociais exibidas pelos sujeitos expressem uma maior legitimação da violência quando lhes é apresentado o oposto, em que este é o agressor e a mulher a agredida, pois é o que assumem como a norma, o esperado.

Um dos meios que contribui, em parte, para a aceitação da violência contra as mulheres passa pelos *media*, através das representações de gênero que sugerem dominância masculina e objetificação das mulheres no contexto de relacionamentos (Bussey & Bandura, 1999; Kim et al., 2007; Ward, 2003 como citado em Hust et al., 2016). Estas representações relativas ao gênero e à violência podem estar relacionadas (e ser mesmo alimentadas) pela tendência dos homens subnotificarem e esconderem a violência de que são vítimas, contribuindo para a manutenção destas crenças. Segundo Carmo, Grams e Magalhães (2011), os casos observados de VPI pelos serviços médico-legais do Porto de sujeitos do sexo masculino constituem uma percentagem de 11.5% dos casos totais. Contudo, os autores afirmam que este número poderá ser maior devido à tendência mencionada, que poderá ainda ser reforçada pelo facto da maioria de atos cometidos das mulheres para com os homens se constituírem por abuso psicológico e atos menores de violência física, caracterizados por ferimentos físicos mais leves.

Muitos estudos, nomeadamente o de Straus (2008), têm vindo a derrubar as representações sociais quanto à VPI, revelando que ambos os sexos cometem atos de violência para com o companheiro no seio da relação íntima, contribuindo para a desmistificação de que a violência é cometida somente pelos homens. Também as respostas da amostra desse estudo revelaram que a violência cometida apenas pelo companheiro do sexo masculino era o padrão menos frequente. Os

dados desse mesmo estudo mostraram ainda que a dominância por um dos gêneros estava associada a um aumento da probabilidade de violência. Estes resultados, juntamente com os resultados de muitos outros estudos, questionam a suposição relativa à simetria de gênero, de que a VPI é principalmente um crime cometido por homens e que as mulheres se são violentas, são-no usualmente por motivos de auto-defesa.

## **5.2. Impacto das variáveis sociodemográficas nas representações sociais da VPI**

### **5.2.1. Influência do Sexo**

Os resultados deste estudo revelaram que os homens legitimam mais a violência em todas as histórias. Estes dados são concordantes com vários estudos em que os valores de legitimação da violência correspondem maioritariamente a sujeitos do sexo masculino (Machado et al., 2010; Mendes & Cláudio, 2010; Vasconcelos, 2014; Vieira, 2013).

O estudo de Omar (2011), que recorreu a uma amostra somente de sujeitos do sexo masculino, mostrou que indivíduos cujos níveis de conformismo para com normas masculinas eram superiores, apresentavam uma maior propensão para aceitar violência, mesmo quando as variáveis idade, raça e educação dos pais foram controladas, especialmente quando lhes era exposto um cenário de violência com dois homens, ao invés de um homem contra uma mulher.

Os homens obtiveram igualmente valores mais elevado quanto à divisão tradicional, o que se traduz numa possível adesão superior a uma ideologia tradicional de papéis de gênero que perspetiva que as mulheres devem priorizar as responsabilidades familiares, enquanto os homens devem priorizar responsabilidades relacionadas com o trabalho (Gutek, Searle & Klepa, 1991, citado em Ungaretti & Etchezahar, 2013). Estes resultados foram concordantes com os

obtidos de outros estudos (Lewis, 2005; Ungaretti & Etchezahar, 2013).

### **5.2.2. Influência do estado civil dos pais**

De acordo com o estudo de Haselschwerdt, Hardesty e Hans (2010), cerca de 20% de casais em processo de divórcio nos EUA, requerem intervenção judicial relativamente a acordo quanto à custódia parental e em cerca de 75% destes casos, as estimativas sugerem existir alegações de violência doméstica que chegam a ser substanciadas. É possível que alguns sujeitos filhos de pais divorciados pertencentes a esta amostra possam ter assistido a algum tipo de violência, desde verbal a física, que tenha contribuído para o divórcio dos pais e para as representações que estes criaram acerca da VPI, daí os valores mais elevados destes quanto ao fator “Causas”. Os itens mais pontuados foram o 4 “Baixa auto-estima do agressor”, o 11 “Antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima” e o 12 “Doença mental do agressor”, referindo-se o primeiro e o último ao agressor e o segundo ao contexto familiar.

Contudo, de acordo com as referências a que tivemos acesso, não foi efetuada pesquisa relevante acerca da influência do divórcio ou pais divorciados na representação da VPI e por isso apenas levantamos hipóteses de leitura quanto aos resultados obtidos relativamente a esta informação no presente estudo.

### **5.2.3. Influência do rendimento do agregado familiar**

Apesar de não terem sido encontradas diferenças estatisticamente significativas em função da variável rendimento do agregado familiar, Simon et al. (2001) mostraram que um baixo rendimento contribuiu para uma maior aceitação da VPI na sua amostra.

No que concerne à perpetração de violência, a pobreza e desemprego constituem-se como fatores de risco para a violência doméstica, no

entanto é necessário ter em conta que esta ocorre em todo o espectro socioeconómico (Hegarty, Forsdike-Young, Tarzia, Schweitzer & Vlasis, 2016). Mais adiante será discutido em maior profundidade o impacto desta variável, juntamente com a variável apresentada seguidamente.

#### **5.2.4. Influência das habilitações académicas dos pais**

As habilitações académicas dos pais não revelaram exercer influência sob as atitudes relativas aos papéis de género e representações sociais em torno da violência conjugal, no entanto, vários estudos (Correia, 2013; Karaoglu et al., 2006; Matos & Cláudio, 2010; Stickley et al., 2008) apontam para a influência desta variável nas crenças relativas à violência.

É necessário ter em conta que as habilitações académicas dos pais podem exercer influência, quer negativa, quer positiva, na vivência familiar e enviasar as crenças dos filhos quanto a numerosos tópicos, nomeadamente quanto à igualdade de papéis de género e violência, daí esta ser uma variável a explorar em estudos futuros quanto à temática em questão.

Relativamente às variáveis de rendimento do agregado familiar e habilitações académicas, é possível afirmar que, apesar de ambas não terem apresentado diferenças estatisticamente significativas quanto às atitudes relativas aos papéis de género e representações sociais da VPI, estas detém uma forte influência (especialmente as habilitações académicas) no que concerne às crenças e atitudes perante as áreas em questão, tal como defendido por Marks, Bun e McHale (2009). Estes autores apontam que a pesquisa que referencia os fatores socioeconómicos como influências sobre as atitudes das famílias quanto aos papéis de género, incluem dados que apontam que sujeitos com níveis de educação mais elevados e maior rendimento, expressam orientações de papéis de género mais igualitárias (e.g. Crompton & Lyonette, 2005; Lackey, 1989, citado em Marks, Bun, &



McHale, 2009). Crianças com um passado economicamente mais elevado possuem também atitudes relativas aos papéis de gênero mais igualitárias, o que é concordante com a perspectiva da aprendizagem social (e.g., Antill, Cunningham, & Cotton, 2003; Kulik, 2002, citado em Marks, Bun, & McHale, 2009).

### **5.3. Influência da variável Formação em VPI nas representações sociais**

A variável *formação* não influenciou as representações sociais dos sujeitos relativamente à VPI. Também o estudo de Nóbrega (2015) revelou que esta variável não exerceu influência sob as crenças dos sujeitos quanto à temática em questão. Todavia, outras investigações (Costa, 2014; Spilker, 2014; Vasconcelos, 2014;) revelaram que esta variável contribuiu para uma menor legitimação da violência e é marcante reconhecer a importância de formações relativas à VPI pois, na nossa perspectiva, estas podem contribuir para a desconstrução de mitos relativamente a esta problemática e, consequentemente de representações sociais erróneas, que contribuam para uma menor legitimação da violência no geral.

Vítimas de VPI do sexo masculino em específico, poderiam beneficiar de uma maior sensibilização acerca desta temática, através de campanhas informativas e preventivas (Carmo et al., 2011) que poderiam contribuir para que vítimas do sexo masculino quebrassem o silêncio acerca da sua vitimização e obtivessem o reconhecimento e, consequentemente o auxílio de que carecem.

### **5.4. Associação entre as atitudes perante os papéis de género (EARPG) e as representações sociais da VPI (QRVC-HIS e QVC-CMR)**

Os sujeitos com valores mais elevados na “Divisão Tradicional” dos papéis de género (EARP) pontuaram mais quanto ao fator “Resolução”. Uma vez que a relação entre esta e a escala de QVC-

CMR não foi estudada em trabalhos prévios, somente podemos concluir que, na nossa amostra, aqueles com uma visão mais tradicional quanto aos papéis de género manifestam uma opinião mais vincada relativamente aos fatores que contribuem para a resolução da violência.

Os sujeitos com valores mais elevados na “Divisão Igualitária” dos papéis de género (EARPG) legitimam significativamente mais a violência conjugal em todas as histórias (QRVC-HIS). Este resultado fez-nos pensar num interessante artigo científico, muito recente de Gracia e Merlo (2016). De acordo com estes autores, em países nórdicos que, apesar de serem dos países do mundo mais igualitários quanto aos papéis de género, apresentam altas taxas de prevalência desproporcionais de VPI contra mulheres. A esta “contradição”, que os autores insistem ser pouco questionada, e com muitas questões por responder adjacentes, os autores deram o nome de “Nordic paradox” ou “paradoxo Nórdico”.

Para uma melhor compreensão deste fenómeno, os autores comparam as taxas de igualdade de género e de VPI contra mulheres nos países nórdicos e países da União Europeia, destacando as taxas de países como Portugal, Itália e Grécia, que são de 19% relativamente à VPI e cujo índice de igualdade de género apresenta 30 valores inferiores aos dos países nórdicos, que apresentam taxas mais elevadas de VPI (Gracia & Merlo, 2016). Isto é, apesar de serem países menos igualitários quanto ao género, apresentam taxas inferiores de VPI. No entanto, é necessário realçar que os autores focam-se nas taxas de VPI contra as mulheres (maioritariamente).

Numa tentativa de leitura deste curioso dado, os autores remetem para o trabalho de Rudman e Glick (2001, como citado em Gracia & Merlo, 2016), segundo o qual é possível que o aumento da igualdade de género possa criar um efeito *backlash* (expressão utilizada pelos autores) com consequências como a discriminação contra mulheres com posições administrativas. Alguns estudos

sugerem ainda que as mulheres com estatuto económico mais elevado do que os seus parceiros, em países de alto rendimento, encontram-se em maior risco de serem vítimas de VPI, se as crenças e expectativas dos seus parceiros quanto aos papéis de género forem mais tradicionais (Atkinson et al., 2005). Outros estudos mostram que em países de baixo e médio rendimento o estatuto económico ou educacional das mulheres pode protegê-las ou aumentar o seu risco de vitimização de VPI, conforme o contexto cultural e interpessoal em que estão inseridas (Abramsky et al., 2011; Heise, 2011; Jewkes, 2002; Vyas & Watts, 2009; citado em Gracia & Merlo, 2016).

Gracia e Merlo (2016) enfatizam, com o seu estudo, a necessidade de procurar um melhor entendimento para este paradoxo, uma vez que, apesar de apresentarem várias hipóteses quanto à causalidade deste, estas não são suficientemente substanciais para se constituírem como explicações para a sua ocorrência.

Heise (2011, como citado em Hegarty et al. 2016) afirma que a pesquisa revela uma ligação entre violência doméstica e uma aceitação por parte da sociedade da dominância do homem, estereótipos de papéis de género e a normalização da violência como uma forma de resolução de conflitos.

Apesar de não justificar a desculpabilização da violência, é possível que uma leitura compreensiva para os resultados deste estudo resida (especificamente quanto à legitimação das histórias) no facto de não existir qualquer tipo de parcialidade dos participantes que concordam com uma divisão igualitária do género relativamente ao sexo da pessoa que realiza o ato violento nas histórias. Análises a múltiplos níveis de heterogeneidade individual poderiam auxiliar na compreensão deste “paradoxo”.

## **VI – Conclusões**

A presente investigação teve como propósito explorar diversas variáveis que podem contribuir para as representações sociais da VPI

e de que forma as atitudes perante os papéis de género influenciam essas crenças, uma vez que o género, diferentes representações e, conseqüentemente, diferentes atitudes perante estes possuem um peso enorme para os membros de uma sociedade. Deste modo, foram questionados estudantes do ensino universitário, quanto às variáveis supramencionadas, não só para a expansão de conhecimento acerca destes temas, mas também para trazer reconhecimento e auxiliar na criação de informação preventiva.

À semelhança de estudos anteriores, verificou-se uma maior legitimação da violência por parte dos homens, assim como uma maior adesão destes à divisão tradicional dos papéis de género. Contudo, é necessário destacar a presença de um dado surpreendente relativo aos sujeitos que, apesar de apresentarem uma adesão de igualdade dos papéis de género, legitimarem mais a violência.

Acreditamos que estudar certas variáveis, nomeadamente o estado civil dos pais ou as habilitações literárias destes, que não são tão frequentemente analisadas quanto outras, será fundamental em futuras investigações, uma vez que podem conter subjacentes informações importantes quanto à área em estudo.

Neste sentido ressalta a necessidade de se investir em formações acerca da VPI e até mesmo acerca da igualdade de género, que apesar de não se ter revelado estatisticamente significativa neste estudo, assumiu-se como uma importante variável quanto à baixa legitimação da violência em estudos prévios. Acreditamos que as formações não só poderiam contribuir para a desmistificação de mitos quanto aos temas em análise, como também podem prevenir que representações sociais erróneas sejam transmitidas de geração em geração e, conseqüentemente, atitudes menos legitimadoras relativamente aos papéis de género e à VPI.

### **6.1. Limitações e investigação futura**

Em qualquer investigação surgem fatores que se constituem

como limitações por complexificarem a sua realização e dificultarem uma análise desprovida de erros. Esta investigação não é uma exceção quanto a este facto.

Importa referir que a amostra é composta maioritariamente por sujeitos do sexo feminino, o que afeta os resultados obtidos que, deste modo, se constituem menos representativos da subamostra dos sujeitos do sexo masculino na população geral. Estudos futuros devem considerar a discrepância do número de sujeitos de ambos os sexos, de forma a obter uma amostra mais equilibrada, para que os resultados obtidos sejam mais representativos da visão da população geral.

É possível que o fator de desejabilidade social tenha enviesado algumas respostas dos participantes e, portanto, dos resultados obtidos neste estudo, especialmente tratando-se de tópicos tão sensíveis e controversos como a VPI e os papéis de género. Seria, portanto, interessante adicionar um teste de avaliação de desejabilidade social ao protocolo de investigação para melhor apurar a veracidade das respostas dos indivíduos.

A pouca investigação acerca de algumas variáveis a que recorreremos como os pais estarem divorciados, o rendimento familiar ou as habilitações académicas dos pais, limitam eventuais comparações com dados empíricos e, portanto impossibilitam uma expansão quanto à formação de hipóteses explicativas quanto ao seu impacto no contexto mais geral dos assuntos investigados.

É necessário ter ainda em conta que o facto de poucos estudos terem recorrido à utilização da EARPG, juntamente com os outros questionários, ou até mesmo com qualquer estudos associados à violência, especificamente à VPI, apenas permite um aprofundamento parcial no parâmetro total da investigação acerca de papéis de género e VPI.

Contudo, uma vez que houve uma associação entre a adesão à divisão tradicional dos géneros e a uma maior legitimação da violência, seria importante investigar futuramente de que forma um

melhor entendimento acerca dos papéis de género pode influenciar as crenças quanto à legitimação da violência e, possivelmente, à sua perpetração.

Em conclusão, consideramos que, tal como defendido por Foshee e colaboradores (1999), seria importante que se realizassem estudos de genética comportamental, uma vez que a pesquisa tem mostrado que a agressão é influenciada geneticamente. Para além disso, estudos que integrassem vários membros de uma família poderiam indicar de que forma as representações e as atitudes, perante os temas em questão, são partilhados e transmitidos num mesmo contexto e sua possível contribuição para o seu legado.

|

## Bibliografia

- Aguilar, R. (2010). *Representações sociais em torno da violência conjugal: estudo de validação do questionário de violência conjugal: histórias (QRVC-HIS) e do questionário de violência conjugal: causas, manutenção e resolução (QVC-CMR) com uma amostra da população geral* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Anderson P, Baumberg B, McNeill A. (2006). *Alcohol in Europe - a public health perspective: a report to the European Commission*. London: Institute of Alcohol Studies.
- Andrade, C. (2016). Adaptation and Factorial Validation of the Attitudes Toward Gender Roles Scale. *Paidéia*, 26(63), 7-14.
- Andrade, C. (2006). *Antecipação da conciliação dos papéis familiares e profissionais na transição para a idade adulta: Estudo diferencial e intergeracional*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Alcoforado, L., & Vieira, C. (2007). A Educação de Pessoas Adultas Como Promotora da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres. Algumas Reflexões. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41, 173-193.
- Aldrighi, T. (2004). Prevalência e Cronicidade da Violência Física no Namoro entre Jovens Universitários do Estado de São Paulo - Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6, 105-120.
- Almeida, M. V. (2009). *Violência Conjugal e Álcool: (In)Existência de uma Relação Causal?*. Coimbra: Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
- Amâncio, L. (2003). O Género no Discurso das Ciências Sociais. *Análise Social*, 38, 687-714.
- Atkinson, M. P., Greenstein, T. N., Lang, M. M., 2005. For women,

- breadwinning can be dangerous: gendered resource theory and wife abuse. *J. Marriage Fam.* 67, 1137-1148.
- Brannon, L. (2005). *Gender: Psychological Perspectives*. Boston: Psychology Press.
- Caridade, S., & Machado, C. (2013). Violência nas Relações Juvenis de Intimidade: Uma Revisão da Teoria, da Investigação e da Prática. *Psicologia*, 27, 91-113.
- Carmo, R., Grams, A., & Magalhães, T. (2011). Men as victims of intimate partner violence. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 18, 355- 359. doi:10.1016/j.jflm.2011.07.006
- Connell, R. W. (2005). Change Among the Gatekeepers: Men, Masculinities, and Gender Equality in the Global Arena. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 30, 1801-1825.
- Correia, S. (2013). *Crenças Acerca Da Violência Conjugal e Rupturas sa Conjugalidade na População Residente nos Distritos de Lisboa e Setúbal*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal.
- Costa, C. (2014). *Que Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos têm os estudantes de Enfermagem, Medicina e Serviço Social? O papel da formação*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Dias, A. R., & Machado, C. (2011). Amor e Violência na Intimidade: Da Essência à Construção Social. *Psicologia e Sociedade*, 23, 496-505.
- Duveen, G., & Lloyd, B. (1990). *Social Representations and the Development of Knowledge*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Foshee, V. A., Bauman, K. E., & Linder, G. F. (1999). Family Violence and the Perpetration of Adolescent Dating Violence:



- Examining Social Learning and Social Control Processes. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 331-342.
- Gilfus, M. E., Trabold, N., O'Brien, P., & Fleck-Henderson, A. (2010). Gender and Intimate Partner Violence: Evaluating the Evidence. *Journal of Social Work Education*, 46, 245-263.
- Glass, N., Fredland, N., Jacquelyn, C., Michael, Y., Phyllis, S., & Joan, K. (2003). Adolescent Dating Violence: Prevalence, Risk Factors, Health Outcomes, and Implications for Clinical Practice. *JOGNN Clinical Issues*, 32, 227-238.
- Gracia, E., & Merlo, J. (2016). Intimate partner violence against women and the Nordic paradox. *Social Science & Medicine*, 157, 27-30.
- Hamberger, L. K. (2005, Abril). Men's and Women's Use of Intimate Partner Violence in Clinical Samples: Toward a Gender-Sensitive Analysis. *Violence and Victims*, 20, 131-151.
- Haselschwerdt, M. L., Hardesty, J. L., & Hans, J. D. (2010). Custody Evaluators' Beliefs About Domestic Violence Allegations During Divorce: Feminist and Family Violence Perspectives. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(8), 1694-1719.
- Hegarty, K., Forsdike-Young, K., Tarzia, L., Schweitzer, R., & Vlasis, R. (2016). Identifying and responding to men who use violence in their intimate relationships. *Australian Family Physician*, 45(4), 176-81.
- Heise L., & Garcia Moreno C. (2002). Violence by intimate partners. In: Krug EG et al., eds. *World report on violence and health* (pp.87– 121). Geneva, World Health Organization
- Hickman, L. J., Jaycox, L. H., & Aronoff, J. (2004). Dating Violence Among Adolescents: Prevalence, Gender Distribution and Prevention Program Effectiveness. *Trauma, Violence & Abuse*, 5, 123-142.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2005) *Investigação por questionário*. Edições Sílabo. 2ª edição, Lisboa.

- Hines, D. A., & Saudino, K. J. (2002). Intergenerational Transmission of Intimate Partner Violence: A Behavioral Genetic Perspective. *Trauma, Violence, & Abuse*, 3, 210-225.
- Höijer, B. (2011). Social Representations Theory: A New Theory for Media Research. *Nordicom Review*, 32, 3-16.
- Hust, S. J., Rodgers, K. B., Ebreo, S., & Stefani, W. (2016). Rape Myth Acceptance, Efficacy, and Heterosexual Scripts in Men's Magazines: Factors Associated With Intentions to Sexually Coerce or Intervene. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-31. Recuperado em 1 de setembro de 2016 de <https://murrow.wsu.edu/newsevents/Journal%20of%20interpersonal%20violence.pdf>
- Jackson, S. M. (1999). Issues in the Dating Violence Research: a Review of the Literature. *Aggress Violent Behav*, 4(2):233–247.
- Jain, S., Buka, S. L., Subramanian, S. V., & Molnar, B. E. (2010). Neighbourhood Predictors of Dating Violence Victimization and Perpetration in Young Adulthood: a Multilevel Study. *American Journal of Public Health*, 9, 1737-1744.
- Karaoglu, L., Celbis, O., Ercan, C., Ilgar, M., Pehlivan, E., Gunes, G., Genc M. F., & Egri, M. (2006). Physical, Emotional and Sexual Violence during Pregnancy in Malatya, Turkey. *European Journal of Public Health*, 16 (2), 149–156.
- Kelly, J. B., & Johnson, M. P. (2008). Differentiation Among Types of Intimate Partner Violence: Research Update and Implications for Interventions. *Family Court Review*, 46, 476-499.
- Langhinrichsen-Rohling, J. (2005). Top 10 "Greatest Hits": Important Findings and Future Directions for Intimate Partner Violence Research. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(1), 108-118.
- Lewis, J. (2005). *Sex Differences in Gender Role Attitudes* (Senior Honors Thesis, The Ohio State University, USA.). Recuperado

em 1 de Setembro de 2016  
<https://kb.osu.edu/dspace/bitstream/handle/1811/458/OSUSubmission.pdf?sequence=1>

- Luthra R, Gidycz C. Dating (2006). Violence Among College Men and Women. *J Interpers Violence*, 21(6):717–731.
- Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in juvenile relationships self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample. *Journal of Family Violence*, 25, 43-52.
- Makepeace J. (1981). Courtship Violence Among College Students. *Fam Relat.*, 30(1), 97–102.
- Marková, I. (2003). *Dialogicality and Social Representations: The Dynamics of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marks, J., Bun, L. C., & McHale, S. M. (2009). Family Patterns of Gender Role Attitudes. *Sex Roles*, 61(3-4), 221-234.
- Matos, M., & Cláudio, V. (2010). *Crenças acerca da violência doméstica em diferentes classes profissionais ligadas à elaboração e execução da legislação em vigor*. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- McCloskey, K. (2007). Intimate Partner Violence. In B. L. Cutler, *Encyclopedia of Psychology and Law* (pp. 383-387). Canadá: Thousand Oaks.
- Mendes, E., Cláudio, V. (2010). *Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica*. In Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia Universidade do Minho. pp. 3219- 3230.
- Moscovici, S. (2000). *Social Representations. Explorations in Social Psychology*. Cambridge: UK: Polity Press.
- Nóbrega, A. R. (2015). *Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes de enfermagem* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

- Omar, A. R. (2011). *Masculinity and the acceptance of violence: a study of social construction* (Master of Arts thesis, University of Iowa, USA) 2011. <http://ir.uiowa.edu/etd/1048>
- Rennison, C., & Rand, M. R. (2003). Nonlethal Intimate Partner Violence Against Women: A Comparison of Three Age Cohorts. *Violence Against Women*, 9(12), 1417-1428.
- Serrão, C. Martins, T. Cardoso, M., Moreira, R. (2012). *Estudo 3: Sexismo ambivalente, atitudes perante os papéis de género e estratégias de antecipação da conciliação entre vida familiar e vida profissional*. Porto, Instituto Politécnico do Porto
- Simon, T. R., Anderson, M., Thompson, M. P., Crosby, A. E., Shelley, G., & Sacks, J. J. (2001). Attitudinal acceptance of intimate partner violence among U.S. adults. *Violence and Victims*, 16(2), 115-126.
- Sirin, S. R., McCreary, D. R., & Mahalik, J. R. (2004). Differential Reactions to Men and Women's Gender Role Transgressions: Perceptions of Social Status, Sexual Orientation, and Value Dissimilarity. *Journal of Men's Studies*, 12, 119-132.
- Spilker, R. (2014). *Estudo exploratório no âmbito da Violência entre Parceiros Íntimos: Representações Sociais numa amostra de Médicos e Estudantes de Medicina* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Stets, J.E. (1991). Cohabiting and Marital Aggression: the role of social isolation. *J Marriage Fam.*, 53: 669–680.
- Stickle, A., Kislitsyna, O., Timofeeva, I., & Vagerö, D. (2008). Attitudes toward Intimate Partner Violence against Women in Moscow, Russia. *Journal of Family Violence*, 23 (6), 447-456.
- Stith, S., McCollum, E., Amanor-Boady, Y., & Smith, D. (2012). Systemic Perspectives on Intimate Partner Violence Treatment. *Journal of Marital and Family Therapy*, 38, 220-240.

- Straus, M. A. (2004). Prevalence of Violence Against Dating Partners by Male and Female University Students Worldwide. *Violence Against Women, 10*, 790-811.
- Straus, M. A. (2008). Dominance and Symmetry in Partner Violence by Male and Female University Students in 32 Nations. *Children and Youth Services Review, 30*, 252–275.
- Ungaretti, J., & Etchezahar, E. (2013). Gender Role Ideology according to Sex, Acceptance of Women’s Rights and Gay Marriage. *International Journal of Humanities, 3*(15), 40-45.
- Vasconcelos, M. (2014). *As diferenças de sexo nas representações sociais da violência entre parceiros íntimos numa amostra de estudantes de saúde, serviço social e militares* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Vaz Lourenço, S. T., & Monteiro Fernandes, O. (2011). “O Álcool entre Nós”: impacto do consumo de álcool no casal. *Revista CES Psicología, 4*(2), 15-28.
- Vieira, A. (2013). *Representações sociais da violência entre parceiros íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: O género fará a diferença?* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Vieira, C. (2006). *Educação Familiar. Estratégias para a Promoção da Igualdade de Género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Wagner, W. (2012). Social representation theory. In D. J. Christie (Ed.), *Encyclopedia of Peace Psychology*. Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Witt, S. D. (1997). Parental Influence on Children's Socialization to Gender Roles. *Adolescence, 32*, 253-259.
- Wood, W., & Eagly, A. H. (2012). Biosocial Construction of Sex

Differences and Similarities in Behavior. *Advances in Experimental Social Psychology*, 46, 55-123.

World Health Organization (1996). *Global consultation on violence and health. Violence: a public health priority*. Geneva: WHO.

World Health Organization (2002). Intimate Partner Violence Facts. Recuperado em 22 de novembro de 2015, de [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/world\\_report/factsheets/en/ipvfacts.pdf](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/factsheets/en/ipvfacts.pdf)

Zink, T., Fisher, B. S., Regan, S., & Pabst, S. (2005). The Prevalence and Incidence of Intimate Partner Violence in Older Women in Primary Care Practices. *Journal of General Internal Medicine*, 20(10), 884-888.